



CURSO REFORMA TRABALHISTA: ASPECTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS

Lei 13.467/17 e MP 808/17

Realização: Escola Nacional Associativa dos Magistrados da Justiça do

Trabalho (Enamatra)

Público: advogados e acadêmicos de Direito

Carga horária: 20 horas/aula

Datas e horários:

Dias 15, 16, 19 e 20 de fevereiro: das 18h30 às 22h30 Dia 17 de fevereiro: das 9h às 12h e das 14h às 18h

Local: Associação dos Magistrados do Distrito Federal – Amagis/DF Praça Municipal, lote 01 – Fórum Milton Sebastião Barbosa – Bloco B, 10° andar

Vagas: 90 (noventa) vagas, que serão preenchidas por ordem de inscrição. Os candidatos excedentes permanecerão em lista de espera para chamada em caso de eventual desistência. A Anamatra reserva-se no direito de suspender a oferta do curso na hipótese de não ser atingido o número mínimo de 40 (quarenta) inscrições.

Inscrições: devem ser realizadas *exclusivamente* no endereço www.e-inscricao.com/anamatra/reforma-trabalhista, no período de 10 de janeiro a 5 de fevereiro de 2018.

Certificado: será expedido pela Escola Nacional dos Magistrados do Trabalho (Enamatra) aos participantes que apresentarem frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) das aulas.

Contato: envie um e-mail para cursos@anamatra.org.br ou ligue para (61) 3322-0266.

INVESTIMENTO

R\$1.000,00 (hum mil reais), parcelados em quatro vezes sem juros no cartão de crédito.

R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais) para pagamento à vista (boleto ou débito).

IMPORTANTE: os valores acima são para aquisição dos seis módulos, uma vez que não haverá venda avulsa de módulo.

Forma de pagamento: cartões de crédito, débito ou boleto bancário. Verifique as bandeiras aceitas no ato da inscrição.

IMPORTANTE: a inscrição será considerada apta a preencher a vaga somente após a confirmação do pagamento. Em caso de desistência será reembolsado 85% (oitenta e cinco por cento) do valor pago.

CORPO DOCENTE

Guilherme Guimarães Feliciano

Juiz titular da 1ª Vara do Trabalho de Taubaté (SP). Professor associado II do Departamento de Direito do Trabalho e da Seguridade Social da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo/USP. Doutor em Direito Penal pela USP e em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Livre-docente em Direito do Trabalho pela USP. Presidente da Anamatra.

Luciana Conforti

Especialista em Direito Processual Civil pela Faculdade Boa Viagem/FBV.
Especialista em Direito Previdenciário pela Escola Superior da Magistratura
Trabalhista da 6ª Região em parceria com a Faculdade Boa Viagem/FBV.
Mestre em Direito Constitucional (linha de pesquisa Jurisdição e Processos

Constitucionais) pela Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Juíza do Trabalho no TRT da 6ª Região (PE). Diretora de Cidadania e Direitos Humanos da Anamatra.

Marco Aurélio Treviso

Juiz titular da 1ª Vara do Trabalho de Uberlândia (MG). Mestre em Direito Público, com ênfase em Direitos e Garantias Fundamentais, pela Universidade Federal de Uberlândia – FADIR/UFU (MG). Máster em Teoria Crítica dos Direitos Humanos: Desenvolvimento e Globalização, pela Universidad Pablo de Olavide (Sevilha, Espanha).

Sócio-fundador do Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados da Magistratura e Ministério Público do Trabalho (IPEATRA). Diretor de Prerrogativas da Associação dos Magistrados do Trabalho da 3ª Região (Amatra 3), no biênio 2016/2017. Diretor de Formação e Cultura da Anamatra.

Noemia Garcia Porto

Doutora em Direito, Estado e Constituição pela UnB (2015). Mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília/UnB (2010) e especialista em Direito Constitucional pela mesma universidade (2003). Juíza do Trabalho no TRT da 10ª Região (DF e TO) desde março de 1998. Vice-Presidente da Anamatra.

Ricardo Machado Lourenço Filho

 Doutor em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília/ UnB. Juiz do Trabalho no TRT da 10ª Região (DF e TO) e professor do Instituto Brasiliense de Direito Público/IDP.

MÓDULOS

Módulo I – Normas Gerais de Direito Material do Trabalho. Dano Moral

- » Fontes do Direito do Trabalho. Interpretação. Súmulas. Normas coletivas.
- » Grupo Econômico. Sucessão empresarial. Novos requisitos para configuração.
- » Tempo à disposição do empregador. Horas in itinere.
- » Responsabilidade do sócio pelas obrigações trabalhistas. Incidente de Desconsideração da Pessoa Jurídica.
- » Prescrição. Alteração do pactuado. Interrupção. Prescrição intercorrente.
- » Dano Moral. Regras próprias aplicáveis às relações de trabalho.
- » Salário. Novas regras para integração de parcelas. Diárias, prêmios e abonos.
- » Equiparação salarial. Novas regras.
- » Prazo para pagamento de verbas rescisórias.
- » Dispensa em massa. Plano de demissão voluntária.
- » Nova modalidade de rescisão do contrato de trabalho: distrato.
- » Contribuição sindical facultativa.
- » Negociação coletiva. Prevalência sobre a lei. Hipóteses lícitas e ilícitas.
- » Efeitos da nulidade. Prazo de vigência. Ultratividade.

Módulo II – Jornada de Trabalho. Trabalho da Mulher. Trabalho Autônomo e Intermitente. Negociação Direta. Terceirização

- » Jornada de trabalho. Compensação. Banco de Horas. Regime 12x36. Descaracterização da compensação. Intervalo intrajornada. Teletrabalho.
- » Trabalho insalubre para trabalhadoras grávidas.
- » Contratação de trabalhador autônomo.
- » Trabalho intermitente.
- » Negociação direta entre empregado e empregador. Empregado qualificado por nível de escolaridade e patamar salarial. Arbitragem.

- » Termo de quitação anual.
- » Terceirização. Alterações na Lei 6.019/74.

Módulo III – Alterações no Direito Processual do Trabalho (I)

- » Edição de Súmulas.
- » Contagem de prazos. Prorrogação.
- » Custas. Limite máximo.
- » Justiça Gratuita. Novos requisitos e consequências.
- » Honorários periciais.
- » Honorários advocatícios de sucumbência.
- » Dano processual. Litigância de má-fé.
- » Exceção de incompetência territorial. Novas regras.
- » Ônus da prova. Distribuição dinâmica do ônus da prova. Prova diabólica.

Módulo IV – Alterações no Direito Processual do Trabalho (II)

- » Necessidade de liquidação dos pedidos.
- » Desistência da ação sem consentimento do réu.
- » Audiência. Preposto. Ausência das partes. Novas consequências para reclamante e reclamado.
- » Efeitos da revelia.
- » Prazo para apresentação de defesa no PJE.
- » Acordo extrajudicial. Jurisdição voluntária. Audiência.
- » Execução. Hipóteses em que será de ofício ou a requerimento da parte.
- » Liquidação. Prazo para impugnação ao cálculo. Art. 879 X art. 884 da CLT. Critério para atualização.
- » Garantia da execução.
- » Recurso de revista. Novos pressupostos. Transcendência.
- » Depósito Recursal. Conta judicial. Isenção e redução do valor.

Módulo V – Prática de Audiência

- » Reclamante e reclamada representação.
- » Momento da apresentação da defesa e a primeira proposta conciliatória.
- » Ausência das partes efeitos.
- » Impugnação sobre os documentos.
- » Ordem na coleta dos depoimentos pessoais e testemunhais.
- » Testemunhas suspeitas e impedidas.
- » Pontos controvertidos distribuição dinâmica da prova.
- » Protestos em audiência conceito e efeitos.
- » Razões finais.

Módulo VI - Exemplos Práticos de Liquidação de Pedidos

- » Composição salarial.
- » Horas extras e reflexos.
- » Verbas rescisórias.
- » Indenizações por danos morais e constituição de fundos.
- » Parcelas dos contratos intermitentes.



www.anamatra.org.br